INSTRUMENTAÇÃO DA AÇÃO PÚBLICA EM GOVERNO ABERTO NO BRASIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA COPRODUÇÃO E DA COGESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PÓS-PANDEMIA

CRISTINA BORGES MARIANI
LUIZ FERNANDO MACEDO BESSA

INTRODUÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO

Ao longo dos últimos anos, particularmente a partir da constituição e do aprofundamento do Campo de Públicas no Brasil, o debate sobre os desafios envolvendo a governança de políticas públicas e a inovação democrática por uma maior e mais profunda interação entre o Estado e os atores da sociedade civil tem despertado uma produção interdisciplinar qualificada e crítica de conhecimento sobre a esfera pública, bem como o debate sobre a gestão pública e a confiança nas instituições (ALMEIDA *et al.,* 2020; LUCIO *et al.,* 2017; PIRES *et al., 2014;* ABRUCIO *et al.,* 2017; ARAUJO; BOULLOSA, 2017).

A agenda de Governo Aberto, considerando as especificidades da organização do Estado e dos espaços sociopolíticos constituídos, tem buscado, ao longo dos últimos anos, equalizar as expectativas e os interesses dos atores sociais heterogêneos com a oferta de uma ação pública direcionada para respostas efetivas aos problemas públicos (MARIANI; BESSA, 2022a), ou seja, para a geração de valor público[1] (MOORE, 1995). O longo caminhar brasileiro na agenda de Governo Aberto, como salientam Mariani e Lassance (2020), por muitos anos foi impresso nos desenhos de políticas públicas de forma intuitiva, a partir de elementos tangenciais de transparência, de participação social e de

[1] Valor público está associado com a capacidade de o Estado gerar respostas efetivas às necessidades e demandas da sociedade.

prestação de contas. Apenas a partir de 2011, com a constituição da *Open Government Partnership*[2], a qual tem o Brasil como um de seus membros cofundador, a efetiva instrumentação da ação pública brasileira em Governo Aberto direcionou-se para o fomento à coprodução e à cogestão de políticas públicas visando não apenas à sustentação e legitimação da ação pública em si, mas ao fortalecimento e aprimoramento da geração de valor público e do desenvolvimento em sua multidimensionalidade e intersetorialidade (MARIANI; BESSA, 2022a).

A pandemia da Covid-19 e seus consequentes efeitos econômicos, políticos e sociais reacendeu o debate acerca de uma reflexão crítica sobre os velhos e novos desafios da governança de políticas públicas, especialmente o papel central do Estado como direcionador da ação pública e dinamizador da economia. Como refletem Pecci e Teixeira,

> A crise da Covid-19 evidenciou o papel central da gestão e burocracia profissional do Estado, que precisa resgatar mecanimos de autonomia decisório, fortalecer-se em um ambiente de cooperação e coordenação federativa e passar por uma reforma que elimine distorções e favoreça sua legitimidade e poder de ação. (PECCI; TEIXEIRA, 2021, p. 1).

Em um cenário pós-pandemia, caracterizado principalmente pelas reconfigurações dos diversos contextos socioespaciais brasileiros que avivaram e reverberaram o afã por transparência ativa de dados públicos para compartilhamento de informações e por maior exercício da cidadania alinhado a um controle social democrático e participativo, quais seriam os possíveis mecanismos e perspectiva de sustentação e adaptação da governança de políticas públicas? A partir de um debate multidisciplinar qualificado e democrático de problemas públicos, como apontar e implementar caminhos possíveis para o desenvolvimento multidimensional e intersetorial brasileiro? A instrumentação da ação pública em Governo Aberto poderia ser uma efetiva promotora de políticas mais participativas, inclusivas e democráticas? Este capítulo busca respostas a essas perguntas ao instigar reflexão crítica-analítica acerca das especificidades e das perspectivas da instrumentação da ação pública brasileira em Governo Aberto tanto no âmbito nacional quanto no local.

[2] Iniciativa internacional formada por países e entidades da sociedade civil que busca melhoria da gestão pública por meio de iniciativas de transparência, participação social e inovação tecnológica.

PERCURSO METODOLÓGICO

Considerando as especificidades multi e interdisciplinar que envolve os desafios e as perspectivas da governança de políticas públicas embasadas nos princípios de coprodução e cogestão, foi selecionada a abordagem multimétodo e, como técnica para a coleta e a análise de dados, foram selecionados a análise documental, análise de dados secundários, revisão de literatura, pesquisa *survey* e pesquisa com entrevistas em profundidade.

A primeira etapa do percurso metodológico consistiu na elaboração de um ambiente de pesquisa com a montagem de uma sintaxe de palavras-chave composta por instrumentação da ação pública, Governo Aberto, OGP, governança de políticas públicas, construção coletiva, participação social e subnacionais. A partir da sintaxe de palavras-chaves, foi mapeada a saliência do assunto com a identificação de grupos de interesses como autoridades nacionais e locais, imprensa e acadêmicos. Ainda na fase exploratória da pesquisa, foram utilizados os dados secundários, a fim de identificar e compreender abordagens utilizadas em outras pesquisas, e a análise documental, especificamente os documentos e os relatórios da *Open Government Partnership* – OGP, do *Independent Report Mechanism* – IRM e da *Organisation for Economic Cooperation and Development* – OECD e os marcos normativos nacionais e subnacionais da agenda de Governo Aberto.

Ainda para a coleta de dados, foi aplicada a pesquisa *survey* com as cidades integrantes da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno RIDE-DF e realizadas entrevistas semiestruturadas com gestores dos entes subnacionais brasileiros que integram a OGP e representantes da sociedade civil organizada, o Instituto de Governo Aberto - IGA e o Observatório Social do Brasil. A pesquisa *survey* de caráter exploratório com corte transversal, realizada entre os meses de junho e julho de 2022, teve por foco a captação de percepções de gestores subnacionais com a essência dos principais elementos da agenda de Governo Aberto. Sendo inviável realizar a pesquisa *survey* com os mais de 5 mil entes subnacionais federativos, a escolha da amostra a partir da RIDE-DF se justifica pelo fato de a RIDE-DF ser composta por mais de 30 municípios de Goiás e Minas Gerais, além do Distrito Federal, que apresentam características socioespaciais, econômicas e populacionais diversas. A entrevista com gestores públicos das cidades de Contagem, Osasco e São Paulo e do estado de Santa Cataria e com membros da sociedade civil organizada se justifica pela importância da adesão destes entes subnacionais à OGP.

Por fim, a última etapa do percurso metodológico utilizou para análise e reflexão crítico-analítica, considerando a complementariedade das técnicas de pesquisa, o referencial teórico de instrumentação da ação púbica de Lascoumes e Le Galès (2012a; 2012b).

REVISITAÇÃO DOS CONCEITOS TEÓRICOS: INSTRUMENTAÇÃO DA AÇÃO PÚBLICA

No âmbito da sociologia política, como pontuam Lascoumes e Le Galès (2012a), o estudo da transversalidade dos instrumentos na produção da ação pública, ao envolver burocracia, governabilidade e exercício de poder, questões tradicionalmente trabalhadas por Max Weber (1978) e Michael Foucault (1994), tem ganhado cada vez maior destaque e centralidade, pois tem se mostrado efetivo para desvelar singularidades e especificidades históricas da materialidade das interações entre os atores sociais nos difusos espaços sociopolíticos constituídos. Ao transcender a dimensão estritamente da racionalidade técnica funcionalista e passar a ser compreendido, a partir da perspectiva neoinstitucional, como um dispositivo ao mesmo tempo técnico e social, um instrumento de ação pública corresponde a um tipo particular de instituição que busca reduzir incertezas e estruturar a ação coletiva a partir do direcionamento das interações e dos comportamentos dos atores e das organizações (HALPERN; LASCOUMES; LE GALÈS, 2021).

A partir da abordagem sociológica dos instrumentos de ação pública, como pontuam Halpern, Lascoumes e Le Galès (2021), é possível identificar o duplo papel cognitivo e normativo desempenhado pela instituição na produção do conhecimento e no direcionamento de padrões de comportamento. A instrumentação da ação pública é compreendida por um lado como “um conjunto de problemas colocados pela escolha e uso de instrumentos (técnicas, métodos de operação, dispositivos) que permitem materializar e operacionalizar a política governamental” (LASCOUMES; LE GALÈS, 2007, p. 4).

Nesse sentido, os efeitos de médio e longo prazos, tanto os efeitos gerados pelos instrumentos quanto os efeitos políticos das relações de poder que organizam e das dinâmicas de legitimidade e de governabilidade da ação pública, podem ser compreendidos a partir de três perspectivas. Primeiro, o efeito da inércia relacionado com a quebra da resistência existente entre os diversos atores heterogêneos em discutir uma

agenda comum, o que dinamiza a maior interação e o diálogo nos difusos espaços sociopolíticos constituídos. O segundo efeito está associado com o fato de que, ao criar e motivar situações sobre a própria agenda pública, o instrumento da ação pública se torna um produtor dela mesma capaz de categorizar as situações abordadas, idealizar uma descrição social e construir realidades convencionais. Por fim, o terceiro efeito da instrumentação da ação pública está associado com o fato de que os instrumentos estimulam problematizações específicas da agenda pública, uma vez que hierarquizam variáveis e induzem sistemas interpretativos e explicativos (LASCOUMES; LE GALÈS, 2007).

Assim, um instrumento de ação pública tem latente o predicado de sua não neutralidade, pois "são portadores de valores, alimentados por uma interpretação do social e por noções precisas do modo de regulação previsto" (LASCOUMES; LE GALÈS, 2007, p. 4). Como tipo particular de instituição em sentido sociológico, que comporta uma forma condensada de poder social, os instrumentos de ação pública forjam a organização das relações sociais nos difusos espaços sociopolíticos constituídos a partir das representações e das significações de suas concepções subjetivas (LASCOUMES; LE GALÈS, 2012a).

> A análise das escolhas de instrumentação emerge como uma variável fundamental para a compreensão dos processos de setorização e desetorização, bem como da evolução ao longo do tempo das relações entre os participantes internos da política por um lado e entre os participantes externos e internos por outro. Ao direcionar a atenção para as dinâmicas de institucionalização que caracterizam o desenvolvimento de uma política pública - inclusive para destacar seu caráter incompleto ou explicar sua desmontagem - esses estudos demonstram o valor do conceito de setor, tanto como uma unidade de análise relevante para as recomposições da ação pública, quanto como um espaço de regulação das atividades e dos grupos (HALPERN; JACQUOT, 2015, p. 10, *tradução nossa*)[3].

Como refletem Lascoumes e Le Galès (2012a) as capacidades de ação dos atores sociais e políticos são manifestações das particularidades da dinâmica de institucionalização engendrada por cada instrumento da ação pública, o que torna a

[3] No original: L'analyse des choix d'instrumentation constitue ainsi une variable clé de compréhension des processus de sectorisation et de-sectorisation, et de l'évolution dans le temps des relations entre policy insiders d'une part, et entre policy outsiders et policy insiders d'autre part. En centrant l'attention sur les dynamiques d'institutionnalisation qui caractérisent le développement d'une politique publique – y compris pour souligner son caractère inachevé ou en expliquer le démantèlement, ces travaux montrent l'intérêt de la notion de secteur, à la fois comme unité d'analyse pertinente des recompositions de l'action publique, et comme espace de régulation des activités et des groupes.

escolha de um instrumento de ação pública uma decisão estratégica correlacionada aos interesses subjetivos da estruturação das relações de poder

> [...] quanto mais a ação pública se define por seus instrumentos, mais as questões da instrumentação correm o risco de realçar conflitos entre diferentes atores, interesses e organizações. Os atores mais poderosos serão levados a defender a adoção de certos instrumentos em detrimento de outros. (LASCOUMES; LE GALÈS, 2012a, p. 32).

A ampla contextualização dos difusos espaços sociopolíticos e das causas exógenas e endógenas das desigualdades socioespaciais e suas diversas formas e manifestações se apresenta também como elemento importante para melhor compreender as especificidades da instrumentação da ação pública e dinâmicas das políticas públicas. Como pontuam Lascoumes e Le Galès (2012b), os instrumentos são marcadores de mudanças, pois revelam e realçam especificidades de conflitos e de interesses que muitas vezes são ocultos em exposições de motivos ou racionalizações discursivas. Assim, associado ao predicado de não neutralidade, a instrumentação da ação pública também se apresenta com uma questão política em sua concepção, ao revelar as especificidades das relações de poder nos espaços sociopolíticos constituídos

> A abordagem por meio dos instrumentos de ação pública permite, de fato, analisar sob uma perspectiva distinta a evolução de uma política cujas fronteiras foram por muito tempo contestadas, devido à grande complexidade das questões tratadas, bem como ao alto grau de fragmentação dos interesses envolvidos (HALPERN; JACQUOT, 2015, p. 10, *tradução nossa*)[4].

INSTRUMENTAÇÃO DA AÇÃO PÚBLICA EM GOVERNO ABERTO NO BRASIL

Compreendida como um modelo de governança centrado no cidadão (OECD, 2017), a agenda de Governo Aberto se caracteriza, a partir da articulação de iniciativas de transparência, de prestação de contas e de participação social (CEPAL, 2018), pela busca constante de um canal direto de colaboração entre Estado e sociedade (MARIANI, 2019), não se configurando, assim, apenas por ações governamentais unilaterais, mas pelo reconhecimento de uma cidadania ativa, com direitos e responsabilidades coletivas (OGP, 2018, p. 22).

Enquanto uma resposta à necessidade de gerar espaços de participação por meio dos quais os cidadãos possam assumir um papel ativo nas políticas públicas (CEPAL,

[4] No original: L'approche par les instruments d'action publique permet en effet d'analyser sous un éclairage distinct l'évolution d'une politique dont les frontières ont longtemps été contestées, en raison de la grande complexité des enjeux traités, mais aussi du degré élevé de fragmentation des intérêts concernés

2018), a essência da agenda de Governo Aberto se apresenta como importante mecanismo de articulação de esforços no sentido de aprimorar as capacidades dos governos e de modernizar as administrações públicas (MARIANI; BESSA, 2022a), uma vez que a democracia representativa cede lugar para um modelo de democracia conversacional e aberta (CALDERÓN, 2012). Governo Aberto, assim, é uma proposta para se repensar a relação entre governo e cidadãos a partir de uma nova perspectiva de organização da gestão pública (IGA, 2022), em que os espaços cívicos se tornam facilitadores e promotores de iniciativas de transparência (OECD, 2022). Conforme sintetiza Ramírez-Alujas (2020), o paradigma de Governo Aberto se caracteriza por um renovado enfoque da modernização da administração pública na coprodução de políticas públicas mais transparentes e participativas que visam a geração de valor público. A agenda de Governo Aberto aprimora a prestação de serviços públicos por meio da participação social, previne a corrupção por meio do controle social e do *accountability*, otimiza a aplicação dos recursos públicos por meio da transparência, de sistemas abertos de contratação pública e da inovação tecnológica e, por fim, fomenta cenários de confiança e de legitimação da ação pública (OGP, 2018), ou seja, *"*governo aberto é um motor de transformação democrática e inovação." (OECD, 2022, p. 47).

Como pontuam Guerzovich e Schommer (2022), vários estados e municípios brasileiros apresentam mosaico complexo de experiência em Governo Aberto, mas o chamam por outro nome, como *"transparente, participativo e inovador"*. Mariani e Lassance (2020) argumentam que a agenda de Governo Aberto no Brasil foi por muito tempo implementada de forma intuitiva e não deliberada nos desenhos das políticas públicas. No mesmo processo reflexivo, como avalia a OECD (2022), o Brasil tem uma longa história de implementação dos pilares do Governo Aberto, uma vez que tanto a esfera federal quanto os entes subnacionais têm buscado implementar mecanismos inovadores de participação social.

Apenas a partir de 2011, com a constituição da *Open Government Partnership*, a qual tem o Brasil como um de seus membros cofundador, a efetiva instrumentação brasileira em Governo Aberto direcionou a ação pública para o fomento à coprodução e à cogestão de políticas públicas visando não apenas a sustentação e a legitimação da ação pública em si, mas o fortalecimento e o aprimoramento da geração de valor público e do desenvolvimento em sua multidimensionalidade e intersetorialidade (MARIANI; BESSA, 2022b). Restrita inicialmente à esfera federal, a OGP encorajou o governo

brasileiro a assumir compromissos transversais voltados para a promoção da transparência, do acesso à informação, de soluções tecnológicas e da participação social.

Como efeito dinamizador de maior interação e diálogo nos difusos espaços sociopolíticos constituídos, foi possível, ao longo dos Planos de Ação Nacional na OGP, identificar uma variedade e complexidade de temas transversais dos compromissos, evidência de uma tendência de diminuição da resistência existente entre os atores em discutir uma agenda comum e do duplo papel cognitivo e normativo na produção do conhecimento e no direcionamento de padrões de comportamento. Os temas trabalhados ao longo dos Planos de Ação abrangeram questões variadas e complexas relacionadas, por exemplo, ao licenciamento ambiental, às mudanças climáticas, aos recursos hídricos, aos processos legislativos, aos dados eleitorais, à dívida ativa, aos maus tratos a animais, à ciência de dados para vigilância sanitária, aos recursos educacionais e à transparência fundiária.

Relacionado diretamente com o efeito de produtor da própria agenda, capaz de categorizar as situações abordadas e de construir realidades convencionais, a OGP ampliou a adesão para entes subnacionais, sendo o Brasil hoje representado também na parceria internacional pela cidade de São Paulo, adesão em 2016, pela cidade de Osasco e pelo estado de Santa Catarina, adesão em 2020, e mais recentemente, com adesão no primeiro semestre de 2022, pela cidade de Contagem.

Os avanços implementados pela cidade de São Paulo na agenda de Governo Aberto, como a institucionalização de um órgão de controle interno, a Controladoria Geral do Município, como a iniciativa para articular e fomentar ações em Governo Aberto, a São Paulo Aberta, e como a nota máxima na escala Brasil Transparente foram questões cruciais para que a cidade fosse selecionada, entre os mais de 40 candidatos, para o Programa Piloto de Subnacionais da OGP em 2016. O estado de Santa Catarina, primeiro estado brasileiro a integrar a OGP, também se destaca pela criação da Controladoria-Geral do Estado em 2019, marco institucional visando a melhoria da gestão pública, e pela instituição do Programa SC Governo Aberto que objetiva impulsionar ações públicas voltadas para a abertura estadual, por meio de ações embasadas na transparência, participação social e *accountability* (OGP, 2020b).

Os Planos de Ação dos entes subnacionais apesar de apresentarem características inspiradas nos processos de cocriação e de cogestão da experiência do governo federal, são reflexos das especificidades das relações de poder de cada espaço sociopolítico constituído. A cidade de São Paulo, por exemplo, qualificada pelo contundente

engajamento da sociedade civil organizada, desenhou a metodologia de co-criação do 1º Plano de Ação a partir do alinhamento de expectativas entre governo e cidadãos, com diagnósticos públicos, consultas abertas, oficinas de cocriação e a constituição do Fórum de Gestão Compartilhada. O 2º e o 3º Plano de Ação de São Paulo no OGP se caracterizaram pelo amadurecimento conceitual e metodológico da agenda, representados pela diversificação de agendas transversais, pela realização de atividades descentralizadas em diversas regiões da cidade, pela instituição de normativos de transformação digital, de transparência ativa e de dados abertos, e pela instituição da Supervisão para Assuntos de Governo Aberto - SAGA na estrutura organizacional estratégica da administração municipal. Assim, os compromissos da cidade de São Paulo foram qualificados em termos de setorização, interdisciplinaridade e relevância (SÃO PAULO, 2021), o que ressaltou as dinâmicas de legitimidade e de governabilidade da ação pública na cidade.

Tendo em vista o predicado de não neutralidade da instrumentação da ação pública, ou seja, uma questão política em sua concepção, o processo de construção do Plano de Ação do estado de Santa Catarina e da cidade de Osasco também revelaram as especificidades das relações de poder nos espaços sociopolíticos constituídos. Desenhado durante a pandemia da Covid-19, o processo de cocriação do 1º Plano de Ação do estado de Santa Catarina evidenciou as dinâmicas de legitimidade e de governabilidade da agenda de Governo Aberto no estado. Caracterizado pelo empenho e entusiasmo dos atores heterogêneos envolvidos na agenda, o plano inovou ao estabelecer compromissos com responsabilidades compartilhadas entre os atores (OGP, 2020b). Na cidade de Osasco, por sua vez, apesar de não ter ocorrido mudança na gestão municipal, houve ajustes nos direcionadores estratégicos e na redefinição do corpo técnico e político responsável pela agenda de Governo Aberto. Assim, como marcador de mudanças que revelam e realçam especificidades de interesses que muitas vezes são ocultos em racionalizações discursivas, o processo de cocriação do Plano de Ação de Osasco refletiu as ressignificações das concepções subjetivas da ação pública e não apresentou a dinamicidade das expectativas originárias associadas com a inserção internacional da cidade na OGP. Como registrado no 1º *Report* de Monitoramento – Osasco Aberta do IGA,

> O processo de cocriação do 1° Plano de Ação de Governo Aberto da cidade de Osasco se encontra em estado de alerta, devido ao município não ter iniciado a realização da grande maioria das ações, ausência de divulgação das informações sobre a construção e ausência de engajamento da população,

> organizações e lideranças locais neste processo colaborativo. Durante esses primeiros cinco meses, o IGA manteve contato periódico com a Prefeitura de Osasco, buscando apoiar e estimular o início do desenho da metodologia de cocriação do Plano e a divulgação da seleção de Osasco para o Programa Local da OGP. (IGA, 2021, p. 3).

Importante destacar que, conforme ficou evidenciado nas entrevistas realizadas, apesar de o governo federal ter apoiado as candidaturas das cidades de São Paulo, Osasco e Contagem e do estado de Santa Catariana, a adesão dos entes subnacionais na OGP foi uma decisão política da gestão municipal e estadual e esteve intrinsecamente associada com o interesse político e técnico dos respectivos gestores. Em São Paulo, por exemplo, a experiência do prefeito na época na gestão federal enrobusteceu a agenda de Governo Aberto na cidade, direcionando a cidade para a vanguarda de entes subnacionais na agenda da OGP. A cidade de Osasco, integrante da região metropolitana de São Paulo, foi influenciada pelo transbordamento técnico e político da experiência de vanguarda da cidade de São Paulo. No estado de Santa Catarina e na cidade de Contagem, por sua vez, a agenda de Governo Aberto foi impulsionada pelo engajamento técnico da equipe e validado pela decisão política.

Essas observações lançam reflexão crítica acerca do efeito da realidade convencional da instrumentação da ação pública em Governo Aberto no nível federal e sua influência e transbordamento para os entes subnacionais, ou seja, a produção da agenda específica em Governo Aberto. O compromisso 1 do 4º Plano de Ação do Brasil na OGP buscou promover o engajamento subnacional na agenda de Governo Aberto a partir do desenvolvimento de ações colaborativas e do mapeamento de boas práticas. Contudo, como destacou o Relatório do IRM (2021),

> Apesar dos avanços em anos recentes, apenas nove por cento das cidades brasileiras atingiram índices elevados de transparência, segundo o Programa Brasil Transparente [...] estudos acadêmicos mostram que, além de transparência, há limites da adoção de práticas de governo aberto nos estados e municípios também em temas relacionados à participação cívica e responsabilidade pública. (IRM, 2021, p. 17).

Assim, apesar de a instrumentação da ação pública em Governo Aberto gerar efeito associado com a criação e a motivação de situações sobre a própria agenda, esse efeito ainda não é profuso em todos os entes subnacionais. Como avalia a OECD (2022), apesar do esforço brasileiro em diversos normativos sobre os princípios da agenda de Governo Aberto, a essência do conceito ainda não é amplamente conhecida e as especificidades de seu entendimento variam de instituição para instituição. Como constatado pela pesquisa realizada com gestores públicos das unidades federativas que

integram a RIDE-DF, apesar de ampla maioria dos gestores responderem que conhecem a Lei de Acesso à Informação - LAI, que buscam a transparência ativa da gestão e que fomentam a participação social, apenas um gestor afirmou conhecer ou já ter ouvido falar da OGP e apenas 69,6% afirmaram conhecer o Time Brasil[5].

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA COPRODUÇÃO E COGESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PÓS-PANDEMIA

Ao refletir sobre os desafios da América Latina e Caribe para o século XXI, Ramírez-Alujas (2020) considera que a região se encontra em uma preocupante encruzilhada pois, se por um lado é possível identificar o afã por uma cidadania mais ativa e vigilante, assegurada pela consolidação dos sistemas democráticos e pelo robustecimento institucional, por outro, as desigualdades socioespaciais e suas diversas formas e manifestações tem se refletido em constantes crises políticas, econômicas e sociais. Mariani, Bessa e Silva (2022), ao analisar os efeitos da pandemia da Covid-19 à luz de abordagens sociológicas e do contributo do economista Amartía Sen, compreendem que, para além da reprodução das já preexistentes desigualdades de classe, de gênero e de étnico-raciais da região, a pandemia da Covid-19 agravou ainda mais as históricas vulnerabilidades econômicas e sociais brasileiras. Como apontado pela OECD (2022, p. 55), a Covid-19 também "*has strongly affected the rollout of Brazil's open government agenda*".

Em um cenário pós-pandemia, caracterizado principalmente pelas reconfigurações dos diversos contextos socioespaciais que avivaram e reverberaram o afã por transparência ativa de dados públicos e por maior exercício da cidadania alinhado a um controle social democrático e participativo, quais seriam os possíveis mecanismos e perspectiva de sustentação e de adaptação da governança de políticas públicas? A instrumentação da ação pública na agenda de Governo Aberto no Brasil, como uma instituição que direciona a ação coletiva, seria um ponto de inflexão?

Para o CLAD (2020), o Governo Aberto é uma das melhores ferramentas que a administração pode ter para atender de maneira efetiva os grandes desafios da governança, sendo a qualidade dos dados disponibilizados em transparência ativa fator

[5] Alinhado ao esforço da agenda de Governo Aberto, o Time Brasil é um programa federal que busca aprimorar a gestão pública nos entes subnacionais a partir da valorização de iniciativas estruturantes de transparência, integridade e participação social

fundamental para embasar as decisões estratégicas da ação pública (MARTINÉZ *et al.* 2023). A OGP (2021) considera que a experiência na promoção da agenda de Governo Aberto permitiu à comunidade que integra a parceria o conhecimento e a vivência necessários em transparência ativa, controle social e *accountability* para o enfrentamento dos desafios da pandemia da Covid-19

> […] Governos abertos, transparentes e inclusivos estão aproveitando o conhecimento coletivo para melhorar os serviços públicos e criar um senso de responsabilidade compartilhada. Essa visão constrói a confiança nas ações do governo e capacita os cidadãos a serem participantes ativos na resposta e recuperação (OGP, 2020c, p. 1, *tradução nossa*)[6].

De fato, a instrumentação da ação pública em Governo Aberto no Brasil tem direcionado novas abordagens para a governança da participação social e da transparência ativa nas diversas agendas das políticas públicas brasileiras, sendo reconhecida pelo foco destacado em transparência e *accountability* (OECD, 2022) e pela constante evolução do processo de legitimação da ação pública para o aprimoramento da geração de valor público (MARIANI; BESSA; 2022a). Como identifica o IRM (2021), "o Brasil continua comprometido com os esforços de governo aberto".

Os efeitos gerados pela instrumentação da ação pública em Governo Aberto ficaram evidentes no período da pandemia da Covid-19, uma vez que Estado e sociedade foram instados a trabalharem em conjunto na produção da própria agenda de transparência ativa, controle social, prestação de contas e soluções tecnológicas. Apesar de o Portal da Transparência e o Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - e-SIC, não terem sido criados no âmbito dos compromissos da OGP, o Sistema Federal de Acesso à Informação teve aperfeiçoamentos conceituais e instrumentais respaldados pelos compromissos da agenda de Governo Aberto ao longo dos anos, o que viabilizou uma qualidade e quantidade considerável de dados e informações públicas nacionais e regionais disponibilizadas em transparência ativa. Para a OECD (2022, p. 17) os avanços no Portal da Transparência fizeram do Brasil inspiração para outros países e *"made Brazil a leader in this agenda"*.

Pesquisa realizada com gestores públicos das unidades federativas que compõem a RIDE-DF revelou que, desde o início da pandemia da Covid-19, foi possível identificar maior interesse da população em acompanhar e participar da ação pública e que foi

[6] No original: (…) los gobierno abiertos, honestos e incluyentes están aprovechando el conocimiento colectivo para mejorar los servicios públicos y crear un sentido de responsabilidad compartido. Esta visión construye la confianza en las acciones del gobierno y empodera a los ciudadanos a ser participantes activos en la respuesta y la recuperación.

necessário utilizar novos canais de comunicação com a sociedade, como as redes sociais e painéis interativos, para assegurar a transparência ativa e a comunicação pública. Os painéis interativos criados pelos governos federal e estaduais nesse período tiveram como característica principal a disponibilização de dados diversos sobre o orçamento destinado ao combate à Covid-19, contratos e licitações, pagamento de auxílio emergencial, quantidade de leitos disponíveis para tratamento, insumos hospitalares, casos confirmados de infecção e quantidade de óbitos. As Ouvidorias, por exemplo, compreendidas como instrumentos de participação social no exercício da democracia (BELLI, 2021), desempenharam importante papel como mecanismo de *accountability* pública. Comparando as manifestações recebidas em 2019 e 2020, o Ministério da Cidadania, responsável pela agenda de desenvolvimento social como a assistência social e a transferência direta de renda, teve um crescimento de 19.926% no volume de manifestações e o Ministério da Economia, responsável pela formulação e execução da política econômica nacional, teve um crescimento de 874% (SANTOS; TEIXEIRA, 2021, p. 8).

Como destacam Mariani e Bessa (2022b), contudo, a despeito dos avanços conquistados nos últimos anos, ainda há um longo ladrilhar na agenda de Governo Aberto no Brasil. Os desafios postos pela pandemia também evidenciaram importantes lacunas da governança de políticas públicas brasileiras, tanto federal quanto locais. Logo no início da pandemia, a OGP (2020b) alertou para possíveis retrocessos na agenda de Governo Aberto. A OECD (2022) pontuou que apesar de tempos extraordinários demandarem respostas extraordinárias, essas respostas não deveriam ameaçar as liberdades e os direitos sociais. A Medida Provisória nº 928/2020 que flexibilizou prazos de respostas a pedidos de acesso à informação amparados pela Lei de Acesso à Informação – LAI foi recebida com desconfiança e preocupação. Apesar de ter sido impugnada pelo Supremo Tribunal Federal, a Medida Provisória afetou o direito constitucional dos cidadãos de acesso às informações públicas em estados e capitais (IGA, 2020; MACHADO *et al*., 2020).

Segundo o Índice de Transparência da Covid-19, iniciativa da *Open Knowledge Brasil* para avaliação e acompanhamento da qualidade dos dados e das informações disponibilizadas pelos governos estaduais e federal sobre a pandemia da Covid-19, dados coletados em agosto e em outubro de 2021 revelaram que a transparência ativa sobre casos graves e suspeitos de Covid-19 nos estados recuou 20% desde a última avaliação e

que nenhuma capital publicava perfil completo de casos e pessoas vacinadas, *"em 14 das 26 capitais, não é possível saber sexo, raça/cor e etnias indígenas de pessoas vacinadas"* (OKB, 2021a, p. 2). Outro aspecto sensível está relacionado com a profusão de casos de corrupção em todos os níveis que, como pontua Costa (2022), conseguem minar as respostas da ação pública ao combate à pandemia.

Quais, então, seriam as perspectivas para a coprodução e a cogestão de políticas públicas no cenário pós-pandemia? Alinhado ao entendimento de que *"the pandemic is more than a health crisis [...] trust, democracy and social cohesion is also at stake"* (MEJÍA; BELLANTONI; 2020, p.1), a OGP lançou a campanha *"Respuesta Abierta + Recuperación Abierta"*. As recomendações da campanha buscavam reforçar a importância da agenda de Governo Aberto não apenas nas respostas imediatas das ações públicas para o combate à pandemia, mas, sobretudo, visando um cenário de recuperação pós-pandemia. Para a OGP (2020b), as ações públicas nos diversos temas transversais e complexos para o combate à pandemia, como isolamento social, desinformação, gastos públicos, dados abertos e integridade científica, deveriam ser guiadas pelos princípios de Governo Aberto. Sobre a agenda de desinformação, por exemplo, a OGP reconhecia que a proliferação de informações incompletas ou erradas afetava negativamente as respostas das ações públicas contra a crise (OGP, 2020c).

Para além da "*Respuesta Abierta*" e da "*Recuperación Abierta*", o cenário pós-pandemia deve contemplar, segundo a OGP (2021a), uma perspectiva de "*Renovación Abierta*", uma vez que a qualidade da democracia e a confiança nos governos podem influenciar as reformas da agenda de Governo Aberto (OECD, 2022). Assim, a "*Renovación Abierta*" está associada ao esforço de

> Promover uma recuperação transparente e responsável da pandemia; Abordar as desigualdades sistemáticas de renda, gênero e raça; Enfrentar as ameaças à democracia e ao espaço cívico; Aumentar a participação pública para revitalizar a democracia (OGP, 2021a, p. 2, *tradução nossa*)[7].

A essência da "Renovación Abierta" pode ser compreendida a partir da perspectiva de um choque adverso que permitiu uma mudança institucional (NORTH, 1990) relacionada à reflexão sobre as duras lições apreendidas com a pandemia da Covid-19. Nesse sentido, reconhecendo que "o governo aberto é fundamental para construir a confiança do cidadão e é um contribuinte chave para alcançar diferentes resultados

[7] No original: Impulsar una recuperación transparente y responsable de la pandemia; Abordar las desigualdades sistemáticas de ingresos, género y raza; Abordar las amenazas a la democracia y el espacio cívico; Mejorar la participación pública para revitalizar la democracia.

[*outcomes*] de políticas em diversos domínios" (OECD, 2017, p. 1), a "Renovación Abierta" busca não apenas instigar a modernização e a eficiência na Administração Pública, mas também reavivar a confiança dos cidadãos nas instituições, despertando o sentimento de pertencimento e responsabilidade social. Como refletem Mejía e Bellantoni (2020)

> Por que o governo aberto é tão importante nestes tempos? Porque leva à confiança. E a confiança no governo é essencial para assegurar que os cidadãos estejam dispostos a cumprir as medidas para achatar a curva e criar confiança no plano de recuperação. Estamos de acordo com a Parceria para o Governo Aberto (Open Government Partnership) de que essa confiança deve ser o "antídoto" para a pandemia de coronavírus e a base das consequências. Afinal, Roma não foi construída em um dia, e restaurar a confiança também demandará tempo (MEJÍA; BELLANTONI; 2020, p. 1, *tradução nossa*)[8].

CONCLUSÃO E REFLEXÕES

O ladrilhar da agenda de Governo Aberto por ações públicas mais participativas, inclusivas e democráticas foi surpreendido pelo choque adverso imposto pela pandemia da Covid-19 que, se por um lado, evidenciou os avanços da agenda de Governo Aberto, como a experiência na promoção de transparência ativa, na participação social, no *accountability* e na busca por soluções tecnológicas, por outro lado expôs tradicionais lacunas e preocupações da governança de políticas públicas, colocando em cheque instituições clássicas que direcionam as interações e os comportamentos dos atores e das organizações. Nesse contexto, o afã por uma governança colaborativa das políticas públicas e maiores ações de construções coletivas para caminhos possíveis para o desenvolvimento democrático lança luz sobre a busca pela modernização da Administração Pública. Assim, os desafios e as perspectivas da coprodução e da cogestão de políticas públicas no cenário pós-pandemia estão relacionados, sobretudo, com a capacidade de articulação dos atores sociais no novo espaço sociopolítico constituído. Em outras palavras, a coprodução e a cogestão de políticas públicas estão condicionadas à uma ação pública coordenada, clara, eficiente e transparente para reconquistar a

[8] No original: ¿Por qué es tan importante el gobierno abierto en estos tiempos? Porque lleva a la confianza. Y la confianza en el gobierno es esencial para garantizar que los ciudadanos estén dispuestos a cumplir con las medidas para aplanar la curva y crear confianza en el plan de recuperación. Estamos de acuerdo con el Open Government Partnership esa confianza debería ser el "antídoto" para la pandemia de coronavirus y la base de las secuelas. Después de todo, Roma no se construyó en un día, y restaurar la confianza también llevará tiempo.

legitimidade e a confiança nas instituições públicas, a partir do reavivamento do sentimento de pertencimento social e do afã pela geração de valor público que resolva efetivamente os problemas públicos.

Desde 2011, a instrumentação da ação pública na agenda de Governo Aberto se desvelou potencial promotora de ações públicas federais e locais mais participativas, inclusivas e democráticas direcionadas para uma governança colaborativa das públicas fundamentada na transparência, no *acountabillity*, na participação social e no desenvolvimento de soluções tecnológicas para o desenvolvimento democrático. Apesar de os efeitos de médio e longo prazos da instrumentação da ação pública, tanto os efeitos gerados pelos instrumentos quantos os efeitos políticos das relações de poder que organizam e das dinâmicas de legitimidade e de governabilidade da ação pública, demandarem certo tempo de maturação para apresentação de resultados, já é possível identificar como a instrumentação da ação pública federal no Brasil, estadual em Santa Catarina e municipal em São Paulo e Osasco se sustenta a partir de uma instituição que busca potencializar a geração de valor público e o desenvolvimento em sua multidimensionalidade e intersetorialidade. Ao ingressar na OGP e desenvolver seu Plano de Ação, a cidade de Contagem sinaliza positivamente para o alinhamento a essa perspectiva.

A pandemia da Covid-19 desafiou a agenda de Governo Aberto não apenas ao testar e provar o grau de amadurecimento e robustez da aprendizagem global, nacional e local da instituição a partir das dinâmicas de legitimidade e das relações de poder, mas também ao demandar adaptabilidade e versatilidade no direcionamento das ações públicas e de sua governabilidade. A instrumentação da ação pública em Governo Aberto contribuiu para a geração de respostas eficientes no combate à pandemia? A instrumentação da ação pública em Governo Aberto é uma efetiva promotora de ações públicas mais participativas, inclusivas e democráticas?

Ao instigar a reflexão crítica-analítica acerca das especificidades da instrumentação da ação pública brasileira em Governo Aberto tanto no âmbito nacional quanto no local, este capítulo revelou que sim. A experiência com a instrumentação da ação pública em Governo Aberto permitiu que os atores heterogêneos tivessem experiência com transparência, controle social, *accountability* e participação social para enfrentamento dos múltiplos desafios da pandemia da Covid-19. A instrumentação da ação pública, como um modelo de instituição, apresentou múltiplas interfaces que repercutiram na sociedade como oportunidades e desafios para novas abordagens para a

promoção do desenvolvimento democrático. Como pontuam Mariani e Bessa (2022a), contudo, ainda há um longo ladrilhar da instrumentação da ação pública em Governo Aberto, tanto no âmbito nacional, quanto no local, especialmente para compreensão das relações de poder e das dinâmicas de legitimidade, governabilidade e politização da ação pública visando a geração de valor público.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. Prefácio. *In*: LIMA, Luciana Leite; RODRIGUES, Maria Isabel Araújo (org.). **Campo de públicas em ação**: coletânea em teoria e gestão de políticas públicas. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2017. p. 8-10. (CEGOV Transformando a administração pública).

ALMEIDA, Lindijane Souza Bento *et al.* (org.). **Contribuições do Campo de Públicas**: um olhar sobre a democracia no século XXI e os desafios para a gestão pública. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2020.

ARAUJO, Edgilson Tavares de; BOULLOSA, Rosana de Freitas. Avaliação da implementação dos centro-dia de referência para pessoas com deficiências e suas famílias no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). *In*: LIMA, Luciana Leite; RODRIGUES, Maria Isabel Araújo (org.). **Campo de públicas em ação**: coletânea em teoria e gestão de políticas públicas. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2017. p. 261-292. (CEGOV Transformando a administração pública).

BELLI, Vanessa Aparecida. A ouvidoria como instrumento de participação social no exercício da democracia. Estudos sobre a atuação das ouvidorias em instituições brasileiras. **Revista Científica da Associação Brasileira de Ouvidores/Ombudsman**, São Paulo, v. 4, n. 4, 2021. Disponível em: https://revista.abonacional.org.br/files/revista-abo-2021-2022.pdf. Acesso em: 31 jul. 2023.

CALDERÓN, César. Por que un gobierno abierto? *In*: CONCHA, Gaston; NASER, Alejandra (ed.). **El desafío del gobierno abierto en la hora de la igualdad**. Santiago: Cepal, 2012. p. 27-48. (Documentos de proyectos, n. 465).

CARTA de Brasília. Brasília: FP3CP, 2013. Disponível em: https://campodepublicas.files.wordpress.com/2013/04/carta-de-brasc3adlia-abril-de-2013-1.pdf. Acesso em: 1 ago. 2023.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **Panorama de la gestión pública en América Latina y el Caribe**: un gobierno abierto centrado en el ciudadano. Santiago: Cepal, 2018.

COSTA, Lígia Maura. COVID-19 and corruption-governance challenges and legal recommendations in a crisis situation. **Beijing Law Revier**, [*s.l.*], v.13, n. 1, 2022.

FOUCAUT, Michel. La gouvernementalité. *In*: FOUCAUT, Michel. **Dits et écrits**. Paris: Gallimard, 1994. p. 635-657.

GUERZOVICH, Florencia; SCHOMMER, Paula Chies. Os catalisadores de Governo Aberto no Brasil podem ser cruciais em 2022 e adiante. **Estadão**, São Paulo, 23 maio 2022. Caderno Gestão, política e sociedade.

HALPERN, Charlotte; JACQUOT, Sophie. Aux frontières de l'action publique: l'instrumentation comme logique de (dé)sectorisation. *In*: JACQUOT, Sophie; BOUSSAGUET, Laurie; RAVINET, Pauline (org.). **Une French touch dans l'analyse des politiques publiques?** Paris: Presses de Sciences Po, 2015. p. 57 - 84.

HALPERN, Charlotte; LASCOUMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. As abordagens a partir dos instrumentos da ação pública. *In*: PORTO DE OLIVEIRA, Osmany; HASSENTEUFEL, Patrick (org.). **Sociologia política da ação pública**: teorias, abordagens e conceitos. Brasília: Enap, 2021.

INDEPENDENT REPORT MECHANISM. **Mecanismo de avaliação independente (IRM) relatório final**. São Paulo: IRM, 2017.

INDEPENDENT REPORT MECHANISM. **Mecanismo independente de avaliação (IRM)**: relatório intermediário do Brasil: relatório 2018-2020. [*S.l.*]: IRM, 2021. Disponível em: https://www.opengovpartnership.org/wp-content/uploads/2020/10/Brazil_Design_Report_2018-2020_PT.pdf. Acesso em: 1 ago. 2023.

INSTITUTO DE GOVERNO ABERTO. **As prefeituras e o Governo Aberto**: transformando a relação entre o governo e a sociedade. [*S.l.*]: IGA, 2022. Disponível em: http://gpublicas.org.br/wp-content/uploads/2022/04/As-Prefeituras-e-o-Governo-Aberto.pdf. Acesso em: 1 ago. 2023.

INSTITUTO DE GOVERNO ABERTO. **COVID-19**: o vírus também ataca o direito à informação? [*S.l.*]: IGA, 2020.

INSTITUTO DE GOVERNO ABERTO. **Osasco aberta - report de monitoramento n. 1**: processo de cocriação do 1° Plano de Ação em Governo Aberto. Osasco: IGA/Seplag, 2021. Disponível em: https://institutogovernoaberto.files.wordpress.com/2021/07/report-de-monitoramento-n1_final.pdf. Acesso em: 31 jul. 2023.

LASCOUMES, Pierre; LES GALÈS Patrick. A ação pública abordada pelos seus instrumentos. Dossiê: territórios emergentes e ações públicas local. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 9, n. 18, p. 19-43, 2012a.

LASCOUMES, Pierre; LES GALÈS Patrick. **Sociologia da ação pública**. Maceió: EDUFA, 2012b.

LASCOUMES, Pierre; LES GALÈS Patrick. Understanding public policy through its instruments: from the nature of instruments to the sociology of public policy instrumentation. **Governance**, [*s.l.*], v. 20, n. 1, p. 1-144, 2007.

LUCIO, Magda de Lima. A construção de uma pluralidade epistêmica no Campo de Públicas: observações sob o ponto de vista de trajetórias: do fórum à ANEPCP. **NAU Social**, Salvador, v. 8, n. 15, p. 143-143, 2017.

MACHADO, Lívia N. *et al*. Restrições ao direito de acesso à informação em contextos emergenciais: análise dos efeitos da Covid-19 nos governos subnacionais. **Revista da CGU**, Brasília, v. 12, n. 22, p. 246-259, jul./dez. 2020.

MARIANI, Cristina Borges. **Governo aberto e a governança do Programa Bolsa Família**. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, 2019.

MARIANI, Cristina Borges; BESSA, Luiz Fernando Macedo. Desenvolvimento e tecnologia: o ladrilhar da política de Governo Aberto no Brasil. **Revista de Pesquisa em Políticas Públicas**, Brasília, v. 1, p. 1-18, 2022a.

MARIANI, Cristina Borges; BESSA, Luiz Fernando Macedo. Governo Aberto no Brasil: como a instrumentação da ação pública fomentou novas abordagens para a governança da participação social. **Estado, Gobierno, Gestión Pública,** Santiago, v. 20, n. 38, 2022b.

MARIANI, Cristina Borges; BESSA, Luiz Fernando Macedo; SILVA, Manuel Carlos. Desigualdades sociais: efeitos da pandemia da Covid-19 à luz de abordagens sociológicas e do contributo do economista Amartía Sen. *In*: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA – ALAS MEXICO, 33., 2022, México. **Anais [...]**. México: ALAS, 2022c. Disponível em: https://alas2022.opc.uy/pt/programa/extendido/merida-cephcis/2022-08-16/ed-dragones-salon-8. Acesso em: 31 jul. 2023.

MARIANI, Cristina Borges; LASSANCE, Antônio. Uma governança orientada por diretrizes de governo aberto aprimora o valor público de programas governamentais? **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 71, p. 34-56, 2020. Edição especial. Disponível em: https://doi.org/10.21874/rsp.v71ic.4485. Acesso em: 31 jul. 2023.

MARTÍNEZ, Roxana *et al*. Estudo de qualidade de dados governamentais abertos relacionados ao COVID-19 na América Latina. **Revista Facultad de Ingeniería**, Medellín, n. 108, jul./set. 2023. Disponível em: https://doi.org/10.17533/udea.redin.20220579. Acesso em: 31 jul. 2023.

MEJÍA, Mauricio; BELLANTONI, Alessandro. Open government and Covid-19: a blueprint for public action. **Apolitical**, London, 5 May 2020. Disponível em: https://apolitical.co/solution-articles/en/open-government-and-covid-19. Acesso em: 31 jul. 2023.

MOORE, David B. Development discourse as hegemony: toward an ideological history – 1945-1995. *In*: MOORE, David B.; SCHMITZ, Gerald J. (ed.). **Debating development discourse**: institutional and popular perspectives. London: Macmillan Press, 1995. p. 1-53. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-1-349-24199-6_1. Acesso em: 31 jul. 2023.

NASER, Alejandra; RAMÍREZ-ALUJAS, Álvaro; ROSALES, Daniela. **Desde el gobierno abierto al Estado abierto en América Latina y el Caribe**. Santiago: CEPAL, 2017. (Planificación para el desarrollo, n. 144). Disponível em: http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44769/S1601154_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 31 jul. 2023.

NORTH, Douglass C. **Institutions, institutional change and economic performance.** Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

OPEN GOVERNMENT PARTNERSHIP. **¿Puede la pandemia COVID-19 ser un punto de inflexión para la democracia y el gobierno abierto?** [*S.l.*]: OGP, 2021b.

OPEN GOVERNMENT PARTNERSHIP. **1º Plano de Ação SC Governo Aberto**: OGP local 2020-2021. Florianópolis: OGP, 2020b.

OPEN GOVERNMENT PARTNERSHIP. **2º Plano de Ação em Governo Aberto do Município de São Paulo (2018-2020)**. São Paulo: OGP, 2017. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/20190730_%202o%20Plano%20de%20Acao%20em%20Governo%20Aberto%20do%20Municipio%20de%20S%C3%A3o%20Paulo_Port.pdf. Acesso em: 31 jul. 2023.

OPEN GOVERNMENT PARTNERSHIP. **Cómo el gobierno abierto ayuda a los países a resistir COVID-19**. [*S.l.*]: OGP, 2021a.

OPEN GOVERNMENT PARTNERSHIP. Comunicado sobre la respuesta COVID-19 de miembros de la sociedad civil del Comité Directivo de OGP. **Boletín Informativo El Salvador**, San Salvador, n. 28, abr. 2020c.

OPEN GOVERNMENT PARTNERSHIP. **Declaración de miembros de la sociedad civil del Comité Directivo de OGP ante los riesgos de COVID-19**. [*S.l.*]: OGP, 2020d. Disponível em: https://www.opengovpartnership.org/news/statement-on-the-covid-19-response-from-civil-society-members-of-ogp-steering-committee/. Acesso em: 31 jul. 2023.

OPEN GOVERNMENT PARTNERSHIP. **Guia de Governo Aberto para céticos**. [*S.l.*]: OGP, 2018. Disponível em: https://www.opengovpartnership.org/wp-content/uploads/2018/07/Guia-de-Governo-Abierto-para-Ceticos.pdf. Acesso em: 1 ago. 2023.

OPEN GOVERNMENT PARTNERSHIP. **Plano de ação da cidade de São Paulo**. São Paulo: OGP, 2016. Disponível em: https://www.opengovpartnership.org/wp-content/uploads/2001/01/Sao-Paulo_Subnational_Action-Plan20161201.pdf. Acesso em: 31 jul. 2023.

OPEN GOVERNMENT PARTNERSHIP. **Santa Catarina**: letter of support. Santa Catarina: OGP, 2020a.

OPEN KNOWLEDGE BRASIL. **Nenhuma capital divulga perfil completo de casos e pessoas vacinadas**. São Paulo: OKB, 2021a. (Boletim capitais, 2). Disponível em: https://ok.org.br/noticia/boletim-capitais-itc-3-0-02-nenhuma-capital-divulga-perfil-completo-de-casos-e-pessoas-vacinadas/. Acesso em: 1 ago. 2023.

OPEN KNOWLEDGE BRASIL. **Transparência de casos graves e suspeitos de Covid-19 diminui**. São Paulo: OKB, 21021b. (Boletim estados, 2). Disponível em: https://transparenciacovid19.ok.org.br/files/ESTADOS_Transparencia-Covid19_Boletim_2_3.0.pdf. Acesso em: 1 ago. 2023.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. Open Government Review of Brazil: towards as integrated open government agenda. **OECD Public Governance Reviews**, Paris: OECD Publishing, 2022.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. Recommendation of the council on open government. **OECD Legal Instruments**, Paris, 2017. Disponível em: https://legalinstruments.oecd.org/en/instruments/OECD-LEGAL-0438. Acesso em: 31 jul. 2023.

PECCI, A.; TEIXEIRA, Marco Antônio Carvalho. Desafios da administração pública brasileira. **GV Executivo**, Rio de janeiro, v. 20, p. 37-39, 2021.

PIRES, Valdemir *et al*. Dossiê - Campo de Públicas no Brasil: definição, movimento constitutivo e desafios atuais. **Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa, v. 6, n.

3, p. 110-126, 2014. Disponível em: https://doi.org/10.21118/apgs.v6i3.4650. Acesso em: 31 jul. 2023.

RAMÍREZ-ALUJAS, Álvaro V. Gobierno abierto es la respuesta: ¿ cuál era la pregunta? **Más Poder Local**, Madrid, n. 12, p. 14-22, 2012. Disponível em: https://www.maspoderlocal.com/index.php/mpl/issue/view/44/44. Acesso em: 31 jul. 2023.

RAMÍREZ-ALUJAS, Álvaro V. Gobierno abierto y gestión pública para el desarrollo sostenible: paradojas, encrucijadas y péndulos en el contexto latinoamericano. *In*: CENTRO LATINOAMERICANO DE ADMINISTRACIÓN PARA EL DESARROLLO. **Gobierno abierto**: estrategias e iniciativas en Iberoamérica. Caracas: CLAD, 2020. (Experiencias Escuela CLAD, n. 5). Disponível em: https://clad.org/wp-content/uploads/2021/03/Libro-5-Gobierno-abierto-estrategias-e-iniciativas-en-Iberom%C3%A9rica.pdf. Acesso em: 31 jul. 2023.

RAMIREZ-ALUJAS, Álvaro; DASSEN, Nicolas. **Vientos de cambio**: el avance de las políticas de Gobierno Abierto en América Latina y el Caribe. Washington D.C.: BID, 2014. (Nota técnica, 629).

RECOVERING from COVID-19 and renew democratic values. Open Gov week 2021. Washington: OGP, 2021. 1 vídeo (59 min.). *Webinar*. Disponível em: https://www.opengovpartnership.org/es/events/recovering-from-covid-19-renewing-democratic-values-open-gov-week-opening-plenary/. Acesso em: 1 ago. 2023.

REDE Interamericana de Compras Governamentais. [*S.l.*]: RICG, 2023. *Site*. Disponível em: https://ricg.org/es/home/. Acesso em: 1 ago. 2023.

SANTOS, Cláudio Henrique F.; TEIXEIRA, Marco Antônio Carvalho. Contribuição das ouvidorias federais para a accountability pública em tempo de pandemia. Estudos sobre a atuação das ouvidorias em instituições brasileiras. **Revista Científica da Associação Brasileira de Ouvidores/Ombudsman**, São Paulo, v. 4, p. 109-126, 2021.

SÃO PAULO (SP). Prefeitura. **Balanço de Governo Aberto**. São Paulo, 2021. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/governo/relacoes_institucionais/Sobre%20n%C3%B3s/Balan%C3%A7o_SAGA_2021_Relat%C3%B3rio_pptx.pdf. Acesso em: 1 ago. 2023.

TEIXEIRA, Marco Antônio Carvalho. COVID-19 e a ressignificação da noção do público. **GV Executivo**, Rio de Janeiro, v. 19, 2020.

WEBER, **Max. Economy and society**: an outline of interpretive sociology. Berkeley, CA: University of California Press, 1978.

ZELLMANN, Conrad; DIETRICH, Daniel. Um antídoto de governo aberto para Covid-19. **Apolitical**, London, 21 maio 2020. Disponível em: https://apolitical.co/solution-articles/es/un-antidoto-de-gobierno-abierto-para-covid-19. Acesso em: 31 jul. 2023.